



Escola de Administração Fazendária

Missão: Desenvolver pessoas para o aperfeiçoamento da gestão das finanças públicas e a promoção da cidadania.



GOVERNO FEDERAL  
**BRASIL**  
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA

Controladoria-Geral da União-CGU

Concurso Público: AFC/CGU-2012

(Edital ESAF n. 07, de 16/4/2012)

**Cargo: Analista de Finanças e Controle**

Área:

**Auditoria e  
Fiscalização**

Campo de atuação:

**Geral**

**Prova**

**3**

**Instruções**

**Conhecimentos Especializados**

1. Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.

Nome: \_\_\_\_\_ N. de Inscrição: \_\_\_\_\_

2. O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS **não** poderá ser substituído, portanto, **não** o rasure nem o amasse.
3. Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra  *cursiva*, para posterior exame grafológico:  
  
***“Inspiração vem dos outros. Motivação vem de dentro de nós.”***
4. **DURAÇÃO DA PROVA: 3 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
5. Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
6. No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta) fabricada em material transparente, toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
8. Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
9. Durante a prova, **não** será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
10. Por motivo de segurança, somente durante os 30 (trinta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 9.2.7 do edital regulador do concurso.
11. A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida 1 (uma) hora do início da prova. A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
12. Ao sair da sala, entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** É vedada a reprodução total ou parcial desta prova, por qualquer meio ou processo. A violação de direitos autorais é punível como crime, com pena de prisão e multa (art. 184 e parágrafos do Código Penal), conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei nº 9.610, de 19/02/98 – Lei dos Direitos Autorais).

## CONTABILIDADE PÚBLICA

- 1 - Examine os itens a seguir a respeito dos conceitos e campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público, assinale Verdadeiro(V) ou Falso(F) e escolha a opção que indica a sequência correta.
- O campo de aplicação da contabilidade aplicada ao setor público abrange todas as entidades do setor público;
  - A função social da contabilidade aplicada ao setor público deve refletir, sistematicamente, o ciclo da administração pública para evidenciar informações necessárias para a tomada de decisão;
  - Ocorre o surgimento de novas unidades contábeis quando se procede à soma, agregação ou divisão do patrimônio de uma ou mais entidades;
  - O objeto da contabilidade aplicada ao setor público são os recursos públicos.
- V, V, F, F
  - F, F, V, F
  - V, V, V, F
  - V, F, V, V
  - V, V, V, V
- 2 - Assinale a opção incorreta a respeito dos critérios a serem levados em conta para a mensuração dos ativos dos entes submetidos às regras da contabilidade aplicada ao setor público.
- Os títulos de crédito, os direitos e as obrigações prefixadas são ajustados a valor presente.
  - Os ativos imobilizados recebidos por doação devem ser registrados por valor simbólico.
  - A participação no capital de empresas deve ser avaliada pelo método da equivalência patrimonial.
  - Um dos critérios a ser levado em conta na mensuração do intangível é se o custo desse ativo pode ser mensurado com segurança.
  - As disponibilidades em moeda estrangeira são mensuradas pelo valor original, feita a conversão à taxa vigente na data do Balanço Patrimonial.
- 3 - Em contratos de Parcerias Público-Privadas – PPP, o parceiro público deve seguir a seguinte regra na contabilização de investimento em obras ou aquisição de bens financiados por ele.
- O reconhecimento contábil somente ocorre se o valor do bem for superior ao estipulado em documento específico para esse fim.
  - Tendo em vista que na parceria os riscos são do ente privado, o ente público não realiza qualquer registro em seu balanço.
  - O reconhecimento contábil no ente público ocorre quando, em decisão compartilhada, a administração couber ao financiador do bem.
- Registra-se contabilmente somente a transferência financeira ao parceiro privado destinada à aquisição do bem ou a realização da obra.
  - Registra-se no seu balanço patrimonial como obras em andamento ou bem específico, podendo haver a assunção de dívida.
- 4 - Assinale a opção incorreta a respeito da estrutura, conteúdo e forma de apresentação do Balanço Financeiro de que trata o art. 103 da Lei n. 4.320/64.
- As destinações vinculadas não podem ser demonstradas de forma agrupadas nesta demonstração.
  - O superávit ou déficit financeiro apurado nesta demonstração não se confunde com o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial.
  - As transferências financeiras não decorrentes da execução orçamentária também são evidenciadas nesta demonstração.
  - O saldo inicial e o saldo final em espécie devem ser evidenciados no Balanço Financeiro.
  - A diferença entre o somatório dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários deduzidos dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários constitui o resultado financeiro.
- 5 - Assinale a opção correta a respeito das regras sobre a escrituração contábil e consolidação das contas públicas determinadas pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.
- As receitas e despesas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários separados quando seus valores superarem em trinta por cento as despesas totais do ente.
  - O regime de competência deve ser observado tanto para as receitas quanto para as despesas e também na assunção de compromissos.
  - Os recursos vinculados a órgão, fundo ou despesa obrigatória devem ser identificados na demonstração das disponibilidades de caixa.
  - Os recursos oriundos da alienação de ativos podem ser evidenciados na demonstração das variações patrimoniais pelos seus valores globais juntamente com os demais recursos.
  - As transações das empresas estatais dependentes não integram as demonstrações contábeis consolidadas em razão de o seu regime contábil ser diferenciado dos demais entes públicos.

## POLÍTICAS PÚBLICAS

6 - Uma perspectiva crítica sobre o funcionamento das democracias liberais surgiu ao final do século XIX na Alemanha e na Itália e se fundamentou na constatação de que, nas sociedades modernas, o poder se concentrava nas mãos de uma pequena parcela da população, enquanto a grande massa era incapaz de influenciar as decisões sobre políticas públicas. Para os adeptos dessa perspectiva, a concentração de poder era uma característica comum a todos os sistemas políticos, independente da sua orientação ideológica.

Considerando as ideias da chamada Teoria das Elites apresentadas de forma sintética no texto acima, assinale a afirmativa correta sobre as teses elitistas.

- Foram submetidas a diversos testes e há hoje evidência que aponta para existência de distribuição assimétrica de poder nas decisões sobre políticas públicas em muitas das democracias contemporâneas.
- Para seus seguidores, os partidos políticos exercem o poder compensatório, reduzindo a influência da classe dirigente nas decisões de políticas públicas.
- A competição entre grupos de interesse ocupa papel central nas explicações elitistas sobre o desempenho das economias contemporâneas.
- Em países onde a classe dirigente é pequena e com interesses econômicos bem definidos, é maior a possibilidade de ocorrência de conflitos internos com possibilidade de resultar em paralisia decisória.
- A aplicação das teses elitistas nos países da América Latina sofre diversas restrições, especialmente pela valorização excessiva do papel exercido pela classe empresarial, desconsiderando a importância da burocracia e dos militares nas decisões sobre políticas públicas.

7 - Sobre redes de políticas públicas, não é correto afirmar que:

- surgem no âmbito da reforma gerencial do Estado, quando se buscou implementar inovações na administração pública que promovessem a eficácia e a eficiência das ações governamentais.
- são sujeitas aos efeitos causados pela assimetria informacional entre seus membros.
- demandam uma estrutura de coordenação e prestação de contas que leve em consideração as interdependências existentes.
- possuem estruturas polimórficas, que podem ser representadas por um conjunto de nós e vínculos que indicam, entre outros aspectos, a possível presença de capital social nas transações.
- são instrumento analítico fundamental para caracterizar as relações intergovernamentais nas políticas sociais brasileiras.

8 - Entre as intervenções no âmbito das políticas públicas que são adotadas pelos governos para compensar as falhas de mercado, podemos citar as seguintes:

- Ações voltadas para compensar o nível limitado de competição em decorrência dos efeitos causados por economias de escala;
- Mecanismos voltados para incentivar a revelação sincera das preferências em relação à provisão de bens públicos;
- Incentivos para que os indivíduos invistam menos em bens cujos custos são privados e os benefícios são públicos;
- Estímulos à seleção adversa em contextos de competição perfeita.

É correto o que se afirma em

- 1, 2, 3, 4.
- 1, 4.
- 1, 2.
- 2, 3.
- 3, 4.

9 - Em relação aos principais postulados que orientam o debate sobre falhas de governo, é correto afirmar que

- associam a tendência de crescimento da participação do setor público no PIB das democracias contemporâneas à tendência de centralização das competências na esfera federal em detrimento de uma maior autonomia dos governos locais.
- a relação entre custos e benefícios nos projetos governamentais é avaliada pelos políticos com base em taxas de desconto menores do que aquelas que seriam socialmente ótimas.
- quando os bens são produzidos com base no menor custo marginal, então existem incentivos suficientes para que a quantidade produzida seja aquela indicada pela interseção entre a curva de custo marginal e a curva de demanda do eleitor mediano.
- as políticas voltadas para minimizar as desigualdades na distribuição de renda e de riqueza são condicionadas pelas assimetrias na distribuição de poder e prestígio.
- a função de utilidade daqueles que decidem sobre políticas públicas é guiada pelo atendimento às demandas do eleitor mediano em detrimento da busca de poder, prestígio e salário.

10- Na abordagem tradicional das políticas públicas, as ações do governo seriam produzidas por formuladores benévolos. Com base nessa perspectiva, as políticas públicas seriam determinadas exogenamente ao sistema político e concebidas e implementadas de forma predominantemente tecnocrática. Em grande medida, é a partir da perspectiva crítica sobre a abordagem tradicional das políticas públicas que evolui o debate contemporâneo sobre a importância das instituições nas políticas públicas. Essa nova abordagem tem sido cognominada de neoinstitucionalismo.

Indique qual das afirmativas abaixo melhor caracteriza as contribuições dos neoinstitucionalistas para o debate recente sobre políticas públicas.

- a) A ênfase no papel que as instituições responsáveis pela liberalização do comércio exterior possui na explicação das diferenças entre as taxas de crescimento dos diferentes países.
- b) O reconhecimento que países com sistemas políticos fundados no voto majoritário simples têm desempenho macroeconômico superior daqueles onde prevalece outros sistemas eleitorais.
- c) A relação de causalidade entre capital social e corrupção, ou seja, países onde existem redes informais de confiança bem estabelecidas são mais corruptos.
- d) A constatação de que custos transacionais influenciam as estruturas de governança apenas no curto prazo.
- e) A proposição de que as diferenças nas bases institucionais que fundamentam as transações políticas intertemporais explicam muitas das diferenças no desempenho econômico entre nações.

11- O estudo sobre a chamada economia política da corrupção tem avançado bastante ao longo dos últimos anos. Centenas de trabalhos importantes foram produzidos sobre o tema, muitos deles fazendo uso de analogias advindas da microeconomia, mais especificamente da chamada economia da informação.

Desses trabalhos surgiu uma série de recomendações para a melhoria da qualidade do governo e redução dos níveis de corrupção nos estados contemporâneos. Entre as principais contribuições do estudo da economia política da corrupção, podem-se destacar as seguintes proposições:

1. No contexto de assimetria informacional, a estrutura de incentivos prevista nos contratos entre agente e principal pode ser mais efetiva como instrumento de coibir a corrupção do que a fiscalização realizada por auditores independentes.
2. A alta rentabilidade da busca de privilégios por parte dos "caçadores de renda" (*rent seekers*) contribui para o desenvolvimento econômico, pois apesar da sua imagem negativa, ela gera renda e oportunidades de emprego para algumas das pessoas mais talentosas do país.
3. O incentivo à corrupção é diretamente proporcional aos custos transacionais envolvidos no relacionamento entre agente e principal.
4. O tamanho do governo está inversamente relacionado à sua qualidade.

É correto o que se afirma em

- a) 1, 2, 3, 4.
- b) 1, 4.
- c) 2, 3.
- d) 2, 4.
- e) 1, 3.

12- Nas duas colunas abaixo, encontra-se a descrição sumária das 8 Metas do Milênio e uma lista de 8 Indicadores de Políticas Públicas utilizados para monitorar essas metas.

Considerando apenas essa lista de indicadores e considerando que apenas um indicador pode ser utilizado para monitorar cada uma das metas, indique qual das opções abaixo proporcionaria a melhor combinação entre metas e indicadores.

	METAS DO MILÊNIO		INDICADORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS
1	Erradicar a pobreza extrema e a fome	A	Evolução anual da proporção de crianças entre 12-23 meses que recebeu pelo menos uma dose da vacina de catapora.
2	Atingir o ensino básico universal	B	Evolução da proporção do valor total dos pagamentos da conta de serviços da dívida externa em relação ao valor total de exportações.
3	Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres	C	Evolução da proporção da população em regiões urbanas com acesso aos serviços de saneamento básico.
4	Reduzir a mortalidade infantil	D	Evolução da proporção da população empregada vivendo com menos de US\$ 1,25 por dia.
5	Melhorar a saúde materna	E	Fluxo anual corrigido (líquido) de matrículas no Ensino Fundamental.
6	Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças	F	Evolução do percentual de partos assistidos por profissional de saúde habilitado.
7	Garantir a sustentabilidade ambiental	G	Evolução do percentual de pessoas entre 15-24 anos que usam preservativos em relacionamentos sexuais extraconjugais.
8	Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento	H	Evolução da participação das mulheres no total do número de novos empregados no setor industrial e de serviços.

- a) 1D, 2E, 3C, 4A, 5B, 6F, 7G, 8H
- b) 1C, 2A, 3G, 4F, 5D, 6H, 7B, 8E
- c) 1H, 2D, 3G, 4F, 5C, 6A, 7E, 8B
- d) 1D, 2E, 3H, 4A, 5F, 6G, 7C, 8B
- e) 1C, 2E, 3F, 4G, 5D, 6H, 7B, 8A

13- Entre os modelos de avaliação de programas utilizados na análise de programas governamentais, pode-se citar:

- a) Modelos baseados em estudos experimentais que demandam a escolha aleatória de grupos em tantos fatores quanto possíveis, exceto um: a questão que está sendo avaliada.
- b) Estudos de séries temporais interrompidas, muito utilizados quando o objetivo é apenas descrever atitudes, opiniões ou comportamentos de grupos ou subgrupos em um momento específico.
- c) Estudos de corte transversal, um modelo quase experimental em que os dados são coletados antes e depois da introdução do programa objetivando mensurar seus efeitos.
- d) Modelos de avaliação naturalista, objetivando avaliar os custos e benefícios de um programa na sua forma natural, isso é, em valores monetários.
- e) Avaliação somativa, isso é, feita para dar à equipe do programa informações úteis para melhorar o programa ainda quando este está em fase de implantação.

14- Fatores causais estranhos são variáveis que podem afetar a variável dependente e devem ser controlados de alguma maneira para estabelecer um retrato claro do efeito da variável manipulada sobre a variável dependente. Fatores causais estranhos são normalmente rotulados de variáveis estranhas ou confusas, porque confundem a condição de tratamento, tornando impossível determinar se as mudanças na variável dependente são devidas unicamente às condições de tratamento.

(MCDANIEL, Carl e Roger GATES. *Pesquisa de Marketing*. São Paulo: Thomson, pág. 243)

Considerando as ideias do texto acima, analise as proposições abaixo, referentes ao efeito de variáveis estranhas na avaliação de programas governamentais:

1. Uma das maneiras de controlar o efeito de variáveis estranhas na avaliação de programas governamentais é o controle estatístico, ajustando estatisticamente o valor da variável dependente em cada condição de tratamento.
2. Uma das formas de manifestação das variáveis estranhas na avaliação de programas é decorrente do chamado viés de seleção, quando o grupo experimental é sistematicamente diferente da população ou do grupo de controle, ou seja, os grupos escolhidos para participar do experimento são fundamentalmente diferentes.
3. A mortalidade experimental é uma forma de controle do efeito das variáveis estranhas na avaliação de políticas públicas, permitindo que a perda natural de unidades de teste compense as distorções causadas pela perda de unidades de observação.
4. Um fator estranho que incide sobre os experimentos realizados na avaliação de programas governamentais decorre de erros de medição ao longo do tempo, que podem ser compensados pela aleatorização dos participantes entre os diferentes grupos que participam do experimento.

É correto o que se afirma em

- a) 1, 2, 4.
- b) 1, 3.
- c) 2, 3.
- d) 2, 4.
- e) 3, 4.

15- Sobre os avanços recentes na promoção da governança democrática e da participação social no Brasil, podemos citar os seguintes:

- a) A integração e consolidação dos subsídios concedidos pelos estados e municípios, tornando mais coerente e transparente a política tributária dos estados.
- b) A ampliação do controle social sobre a política fiscal, visto que hoje mais de 2/3 dos investimentos públicos federais são decididos a partir de consultas à população mediante mecanismos de orçamento participativo.
- c) O aperfeiçoamento nos mecanismos de prestação de contas pessoais dos parlamentares que estabeleceu um novo marco fundamental para a redução dos escândalos envolvendo o Poder Legislativo nos Estados e Municípios.
- d) A maior profissionalização da burocracia federal, visto que os ocupantes de todos os cargos de direção no Poder Executivo são submetidos a processo seletivo amplo e transparente.
- e) A expansão no número e na atuação dos conselhos nacionais de políticas públicas ao longo dos últimos 10 anos, numa tentativa de colocar em prática os preceitos da democracia participativa previstos na Constituição de 1988.

## AUDITORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

- 16- A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição. O representante da Administração anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do representante deverão ser
- solicitadas a seus superiores em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.
  - encaminhadas ao gestor administrativo em tempo hábil para a aplicação das penalidades cabíveis.
  - encaminhadas ao gestor operacional do contrato, imediatamente, para a adoção das medidas cabíveis.
  - notificadas à contratada, no prazo de cinco dias úteis, para a adoção das soluções que se fizerem necessárias.
  - solicitadas ao gestor administrativo do contrato, no prazo de três dias úteis, para a adoção das medidas convenientes.
- 17- Além dos requisitos dispostos na legislação vigente, nas aquisições de bens de informática e automação, o instrumento convocatório deverá conter, obrigatoriamente as exigências, na fase de habilitação, de certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação dos seguintes requisitos:
- segurança das instalações, segurança da informação.
  - consumo de energia dos *no-breaks*, segurança para o usuário.
  - segurança para os clientes, usuários e fornecedores.
  - compatibilidade energética, mecanismos de segurança da informação.
  - compatibilidade eletromagnética, segurança para o usuário e instalações.
- 18- São modalidades de licitação:
- pregão, tomada de preços, convite, técnica e preço, leilão.
  - pregão presencial, pregão eletrônico, tomada de preços, convite.
  - leilão reverso, pregão, convite, técnica e preço, concurso.
  - concorrência, pregão, convite, técnica e preço, leilão reverso.
  - concorrência, tomada de preços, convite, concurso, leilão.
- 19- São fatores de pontuação técnica das propostas nas licitações do tipo “técnica e preço”:
- Padronização, Integração.
  - Suporte, Prazo de Manutenção.
  - Qualidade, Compatibilidade.
  - Integração, Prazo de Entrega.
  - Prazo de Manutenção, Desempenho.
- 20- Em se tratando de serviços, executado o contrato, o seu objeto será recebido provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado assinado
- pelo fiscal em até cinco dias úteis da comunicação escrita do contratado.
  - pelo fiscal em até quinze dias úteis da comunicação oral do contratado.
  - pelo gestor administrativo em até três dias úteis da comunicação escrita do contratado.
  - pelas partes em até quinze dias da comunicação escrita do contratado.
  - pelas partes em até três dias da comunicação escrita do contratado.
- 21- A responsabilidade pela governança de TI é do (a)
- Diretor de TI (C/O).
  - Presidente da empresa.
  - Alta administração.
  - Diretor Financeiro e de TI.
  - Auditoria.
- 22- São critérios de informação do *Cobit* 4.1:
- confiabilidade, disponibilidade, integridade.
  - eficácia, efetividade, eficiência.
  - confidencialidade, privacidade, integridade.
  - confiabilidade, resiliência, robustez.
  - eficiência, produtividade, manutenibilidade.
- 23- Embora uma capacidade apropriadamente aplicada já reduza riscos, a organização ainda precisa analisar quais os controles necessários para assegurar que os riscos sejam mitigados e que valor é obtido em linha com o apetite de risco e objetivos de negócios. Esses controles são guiados pelos:
- Processos de controle de risco PO1 e AI2 do *Cobit*.
  - Objetivos de controle do *Cobit*.
  - Objetivos de risco interno do *Cobit*.
  - Processos de gestão de risco AI2 e ME3 do *Cobit*.
  - Procedimentos de controles internos do *Cobit*.

24- São dimensões de maturidade do *Cobit*.

- a) capacidade, risco, eficiência.
- b) risco, controle, eficácia.
- c) abrangência, confiabilidade, segurança.
- d) capacidade, cobertura, controle.
- e) confiabilidade, integridade, risco.

25- O principal objetivo da governança de TI é garantir o alinhamento

- a) do negócio à TI.
- b) da TI ao negócio.
- c) do negócio ao regulatório.
- d) da gestão de demandas à TI.
- e) da TI à gestão de demandas.

---

### CONHECIMENTOS DE BANCOS DE DADOS

26- Um Sistema de Banco de Dados é

- a) uma associação de dados interdependentes e *hardware* adequado que permitem aos usuários acesso aos mesmos.
- b) uma coleção de dados relacionados por processadores pertencentes a usuários com privilégio de acesso.
- c) uma coleção de dados inter-relacionados e um conjunto de programas que permitem aos usuários acessar e modificar esses dados.
- d) uma disposição de dados e atributos que permitem aos usuários construir instâncias multiestruturadas.
- e) uma coleção de dados de dimensionalidade variável, selecionada por cada usuário através de programas interpretadores.

27- O projeto geral do banco de dados é

- a) o esquema do banco de dados.
- b) o planejamento estratégico do fluxo de dados.
- c) o esquema de dimensionamento físico-financeiro do banco de dados.
- d) a versão inicial de instanciação dos dados a serem carregados no sistema.
- e) o esquema de atualização dos dados para manutenção de consistência.

28- O Modelo Relacional usa

- a) uma coleção de tabelas para representar os dados e as relações entre eles.
- b) uma coleção de tabelas de decisão para representar os dados através de relações parametrizadas.
- c) um conjunto de relações entre objetos representados por seus dados.
- d) uma tabela de relações de acesso para determinados usuários.
- e) uma coleção de modelos de bancos de dados com hierarquias relacionais de usuários.

29- A Mineração de Dados é

- a) o processo de desenvolvimento de soluções automáticas de acesso a informações úteis em depósitos de dados.
- b) a transformação automática de dados existentes em grandes depósitos de dados em informações quantificáveis.
- c) a automação da recuperação de informações caracterizadas por registros com grande quantidade de atributos.
- d) a descoberta de relações significativas entre dados e informações passíveis de atualização automática.
- e) o processo de descoberta automática de informações úteis em grandes depósitos de dados.

30- São características gerais de conjuntos de dados:

- a) disposição, dispersão e renderização.
- b) dimensão, posicionamento e homogeneidade.
- c) compatibilidade, dispersão e interação.
- d) dimensão, dispersão e resolução.
- e) portabilidade, concentração e resolução.

31- São aspectos motivadores da Mineração de Dados:

- a) Escalabilidade. Dimensionalidade moderada. Dados homogêneos. Propriedade e centralização dos dados.
- b) Extensibilidade. Alta paridade. Dados complexos e heterogêneos. Concorrência e distribuição dos dados.
- c) Escalabilidade. Alta dimensionalidade. Dados complexos e heterogêneos. Propriedade e distribuição de dados.
- d) Escalabilidade. Dimensionalidade variável. Dados compatíveis e acoplados. Adequação da distribuição de dados.
- e) Especialidade. Alta dimensionalidade de verificação. Dados complexos e complementares. Propriedade e consistência de dados.



32- Classificação é

- a) a tarefa de atualizar uma função focal  $f$  que permeia cada conjunto de variáveis  $x$  para um dos blocos de classes  $y$  discretos.
- b) o mapeamento de uma função objetivo  $f$  à qual são atribuídos valores  $x$  fixados por categorias de rótulos de classes  $z$  pré-determinados.
- c) a função alvo  $f$  que mapeie cada classificação de atributos  $x$  para um dos eixos de classes  $y$  pré-determinados.
- d) a tarefa de aprender uma função alvo  $f$  que mapeie cada conjunto de atributos  $x$  para um dos rótulos de classes  $y$  pré-determinados.
- e) a tarefa de ordenar funções de mapeamento para cada categoria de atributos  $x$  para um dos rótulos de variáveis  $y$  controladas.

33- Uma das seguintes instruções SQL finaliza uma transação

- a) *Stand-up work.*
- b) *Commit work.*
- c) *Complete work.*
- d) *Roll-and-stop work.*
- e) *Put-up work.*

34- É correto afirmar que

- a) a cláusula *from* isolada define um produto vetorial das relações na operação.
- b) a comparação de relações e atributos é feita através da cláusula *as-while*.
- c) uma relação SQL é definida usando o comando *set-relation*.
- d) a cláusula *cart* isolada define um produto priorizado das relações na cláusula.
- e) uma relação SQL é definida usando o comando *create-table*.

35- Na linguagem SQL, chama-se de *view* qualquer relação que

- a) sendo parte do modelo lógico, torna-se visível a um usuário como uma relação pontual.
- b) não seja parte do modelo lógico, mas que se torna visível a um usuário como uma relação virtual.
- c) não seja parte do modelo físico, mas que se torna propriedade de um usuário como uma relação individual.
- d) não visualize o modelo lógico, mas que se torna atualizável para o usuário como uma propriedade virtual.
- e) não seja parte do comando lógico, mas que se torna visível a um usuário como uma visualização *strong* da modelagem.

## TÉCNICAS DE CONTROLE

36- Na execução de uma auditoria, espera-se do auditor independente que

- a) exerça o seu direito de busca de documentos, no caso de suspeita de fraude.
- b) assegure a eficácia com a qual a administração conduziu os negócios da entidade.
- c) otimize o planejamento dos trabalhos de modo a reduzir o risco de auditoria a zero.
- d) aplique os mesmos procedimentos a entidades de pequeno, médio ou grande porte.
- e) mantenha-se cético ao questionar evidências de auditoria contraditórias.

37- Nos casos em que o auditor independente deseja reduzir o tamanho da amostra sem aumentar o risco de amostragem, dividindo a população em subpopulações distintas que tenham características similares, deve proceder a um(a)

- a) Estratificação.
- b) Seleção com base em valores.
- c) Teste de detalhes.
- d) Seleção sistemática.
- e) Detalhamento populacional.

38- Se compararmos as normas aplicáveis à auditoria independente com as normas aplicáveis à auditoria no setor público, no que tange à emissão de opinião, é correto afirmar que:

- a) na auditoria independente, uma opinião deve ser sempre emitida.
- b) grosso modo, uma opinião adversa equivale a um Certificado de Regularidade.
- c) o auditor independente pode emitir sua opinião ou abster-se de fazê-lo.
- d) ao lidar com fraudes contábeis, o auditor independente deve opinar pela irregularidade.
- e) apenas no setor público é possível a abstenção de opinião.

39- Para o auditor independente, os atos de omissão ou cometimento pela entidade, intencionais ou não, contrários às leis ou regulamentos vigentes, são considerados:

- a) Evidência de auditoria.
- b) Erro.
- c) Fraude.
- d) Não conformidade.
- e) Achado de auditoria.

- 40- Para lidar com riscos avaliados de distorção relevante decorrente de fraude, o auditor independente pode lançar mão dos seguintes procedimentos de auditoria, exceto:
- Visitar locais ou executar certos testes de surpresa, sem anúncio prévio.
  - Rever o nível e a adequação dos relatórios de gastos apresentados pela alta administração.
  - Executar procedimentos em contas ou outras conciliações elaboradas pela entidade.
  - Testar a integridade de registros e operações processados em sistema computadorizado.
  - Buscar evidências de auditoria adicionais em fontes fora da entidade sendo auditada.
- 41- Nos termos da Constituição Federal, tanto o Congresso Nacional quanto os sistemas de controle interno de cada Poder podem exercer fiscalizações da seguinte ordem, exceto:
- Contábil.
  - Ambiental.
  - Patrimonial.
  - Operacional.
  - Financeira.
- 42- O documento destinado a dar ciência ao gestor/administrador da área examinada, no decorrer dos exames, das impropriedades ou irregularidades constatadas no desenvolvimento dos trabalhos, é denominado:
- Certificado.
  - Parecer de Auditoria.
  - Nota.
  - Registro das Constatatórias.
  - Solicitação de Auditoria.
- 43- Acerca do conceito de controladoria, bem como de sua aplicabilidade ao setor público, é correto afirmar que:
- a implantação da controladoria no setor público não é diferente do setor privado, devendo as funções e atividades ser exercidas de forma semelhante.
  - por ser um mero ramo da Ciência Contábil, a função controladoria limita-se ao registro de atos e fatos que causem efeitos econômicos e financeiros.
  - na administração pública, os conceitos de Controladoria e de Controle Interno são equivalentes.
  - apenas no setor público a transparência é um objetivo da controladoria, já que, no setor privado, a informação gerencial só interessa ao corpo executivo.
  - tanto no setor público quanto no setor privado, o principal objetivo da controladoria é prevenir a ocorrência de erros ou fraudes.
- 44- Sobre o papel constitucional e legal conferido à Controladoria-Geral da União, é correto afirmar que:
- embora também atue com a correição, à CGU é vedado aplicar penalidades administrativas.
  - na defesa do erário, é permitido à CGU determinar a indisponibilidade temporária de bens.
  - a CGU é membro permanente do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção.
  - se omissa a autoridade competente, cumpre à CGU requisitar instauração de sindicância.
  - cabe à CGU encaminhar ao TCU as representações ou denúncias que receber.
- 45- Nos casos em que o Órgão de Controle Interno, ao verificar as contas de algum responsável, emite um Certificado de Irregularidade, é correto afirmar que o teor de tal documento
- vincula a decisão a ser tomada pelo TCU.
  - pode ser revisto, se o responsável ressarcir o dano ao erário.
  - inabilita o responsável para o exercício de cargo em comissão.
  - é suficiente para o início da cobrança executiva do débito.
  - deve ser encaminhado ao Ministério Público Federal.
- 46- Uma auditoria qualquer, coordenada pelo Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal com o auxílio de uma empresa privada de auditoria, deve ter sua forma de execução classificada como:
- Centralizada.
  - Descentralizada.
  - Integrada.
  - Compartilhada.
  - Terceirizada.
- 47- Acerca das técnicas de controle, tal como apresentadas pelo Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, é correto afirmar que
- a análise documental consiste no exame de processos, atos formalizados e documentos avulsos.
  - a maior parte das técnicas de fiscalização é diferente das técnicas de auditoria.
  - as principais técnicas previstas são a fiscalização, a auditoria e o monitoramento.
  - a finalidade básica da auditoria é avaliar a execução dos programas de governo.
  - a fiscalização é procedida mediante a realização de testes de observância e testes substantivos.

- 48- A cada três anos, as unidades de auditoria interna de entidades da Administração Indireta Federal devem ser avaliadas por outras unidades de auditoria interna, com o intuito de verificar se as atividades realizadas estão de acordo com as normas estabelecidas na Instrução Normativa SFC/MF n. 01, de 06/04/2001. Essa avaliação trienal é denominada:
- Exame Intercalado.
  - Revisão pelos Pares.
  - Avaliação Cruzada.
  - Teste Substantivo.
  - Auditoria Especial.
- 49- Constitui uma atividade complementar do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal avaliar
- a execução dos programas de governo.
  - o cumprimento das metas do Plano Plurianual.
  - a gestão dos administradores públicos federais.
  - a aplicação de recursos públicos por entidades de Direito Privado.
  - as unidades de auditoria interna das entidades da Administração Indireta Federal.
- 50- Os seguintes assuntos integram a estrutura das Normas Fundamentais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, exceto:
- Opinião do Sistema de Controle Interno.
  - Audiência do Auditado.
  - Controle Externo.
  - Forma de Comunicação.
  - Auditorias de Recursos Externos.
- 51- As contas de gestão do TCU são julgadas pela(o)
- Congresso Nacional.
  - Câmara dos Deputados.
  - Tribunal de Contas da União.
  - Senado Federal.
  - Supremo Tribunal Federal.
- 52- No âmbito do TCU, quando caso fortuito ou de força maior, comprovadamente alheio à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento das contas, deve o Tribunal
- emitir Parecer Adverso.
  - determinar o refazimento das contas.
  - emitir Parecer com Negativa de Opinião.
  - considerar as contas ilíquidáveis.
  - dar quitação plena aos responsáveis.
- 53- Acerca do exercício da auditoria pelo TCU, dada a singularidade constitucional de que o órgão se reveste, é correto afirmar que:
- por serem soberanas, suas normas de auditoria não são passíveis de aplicação conjunta com outras normas profissionais.
  - para além da legalidade, o objetivo da auditoria avança sobre a eficiência e a eficácia de programas e atividades governamentais.
  - a realização de auditorias a mando do Poder Legislativo demonstra a subordinação hierárquica do TCU ao Congresso Nacional.
  - em relação ao Controle Interno dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, as normas de auditoria do TCU são mandatórias.
  - a função judicante do TCU implica uma normatização de procedimentos de auditoria com natureza mais jurídica do que técnica.
- 54- Segundo ensinamento do TCU, acerca da auditoria operacional, é correto afirmar que:
- seu escopo se limita à verificação dos pressupostos de economicidade, eficiência, eficácia e efetividade da ação pública.
  - auditoria operacional e auditoria de desempenho são conceitos distintos, embora ambos comunguem de técnicas semelhantes.
  - a eficácia é medida por meio da relação entre bens/ serviços providos e recursos alocados.
  - por não tratar de legalidade, o relatório da auditoria operacional não precisa se ater à responsabilização dos agentes públicos.
  - uma vez definidos o problema e as questões de auditoria, deve-se elaborar a matriz de planejamento.
- 55- Na forma adotada pelo TCU, o escopo de uma auditoria deve ser estabelecido de modo suficiente a satisfazer os objetivos do trabalho, envolvendo, para tanto, a definição dos seguintes fatores, exceto:
- a matriz de planejamento e o projeto de relatório.
  - a configuração da amostra (extensão) e a oportunidade dos exames.
  - a delimitação do universo auditável (abrangência).
  - as questões de auditoria.
  - a profundidade e o detalhamento dos procedimentos.
- 56- Em prol da governança, uma das formas encontradas pela CGU para promover o aumento da transparência na gestão pública, incentivar o controle social, fortalecer a democracia e prevenir a corrupção foi a criação e manutenção do seguinte sítio eletrônico, disponível na rede mundial de computadores:
- Contas Abertas.
  - Portal da Transparência.
  - Transparência Brasil.
  - Portal Brasil.
  - Instituto da Cidadania.

57- Da análise do conceito de risco, é correto afirmar que

- a) eventos de impacto negativo podem originar-se a partir de condições aparentemente positivas.
- b) qualquer evento que cause impacto na organização deve ser considerado um risco.
- c) oportunidade é a possibilidade de que um evento ocorra e não influencie a realização dos objetivos.
- d) um evento não pode causar um impacto positivo e negativo ao mesmo tempo.
- e) os efeitos dos riscos afetam apenas o futuro, não o presente.

58- De acordo com o COSO, o gerenciamento de riscos corporativos é constituído de oito componentes inter-relacionados. Um deles, realizado por meio de atividades gerenciais contínuas, avaliações independentes ou uma combinação desses dois procedimentos, cuida da integridade do processo de gerenciamento de riscos corporativos, provendo suas alterações, quando necessário. Trata-se da(o):

- a) Avaliação de riscos.
- b) Identificação de eventos.
- c) Atividade de controle.
- d) Monitoramento.
- e) Fixação de objetivos.

59- Acerca da aplicação da estrutura conceitual de análise de risco, é correto afirmar que:

- a) o gerenciamento de riscos corporativos é um processo em série, por meio do qual um componente afeta apenas o próximo, e assim sucessivamente.
- b) uma fórmula bem sucedida de gerenciamento de riscos pode ser replicada de maneira homogênea entre diversas organizações, desde que elas atuem em campos semelhantes.
- c) o controle interno, dado seu caráter fiscalizador, não pode ser tido como parte integrante do gerenciamento de riscos corporativos.
- d) um eficaz gerenciamento de riscos corporativos dita não só os objetivos que a administração deve escolher, mas também sua estratégia.
- e) o fato de um agente externo contribuir diretamente para que uma organização alcance seus objetivos não o torna parte do gerenciamento de riscos corporativos.

60- Acerca do gerenciamento de riscos voltado para a governança no setor público, é correto afirmar que:

- a) um de seus principais benefícios é a melhoria do controle *a posteriori*, resultando em melhor qualidade dos gastos públicos e na ampliação da *accountability*.
- b) é instrumento de pouca valia para casas legislativas, tribunais, ministérios e secretarias, haja vista que a gestão de tais órgãos não se sujeita a riscos.
- c) se inapropriadamente aplicado, o gerenciamento de riscos pode trazer efeitos adversos, expondo a organização a riscos enquanto passa uma falsa impressão de controlabilidade.
- d) aplicável a estruturas organizacionais, o gerenciamento de riscos não alcança a execução de programas finalísticos e/ou administrativos, como os contidos na LOA e no PPA.
- e) independente de o contexto ser público ou privado, quanto maior é o controle dos riscos, menor é o estímulo à inovação e ao empreendedorismo por parte dos gestores.









Escola de Administração Fazendária  
[www.esaf.fazenda.gov.br](http://www.esaf.fazenda.gov.br)